

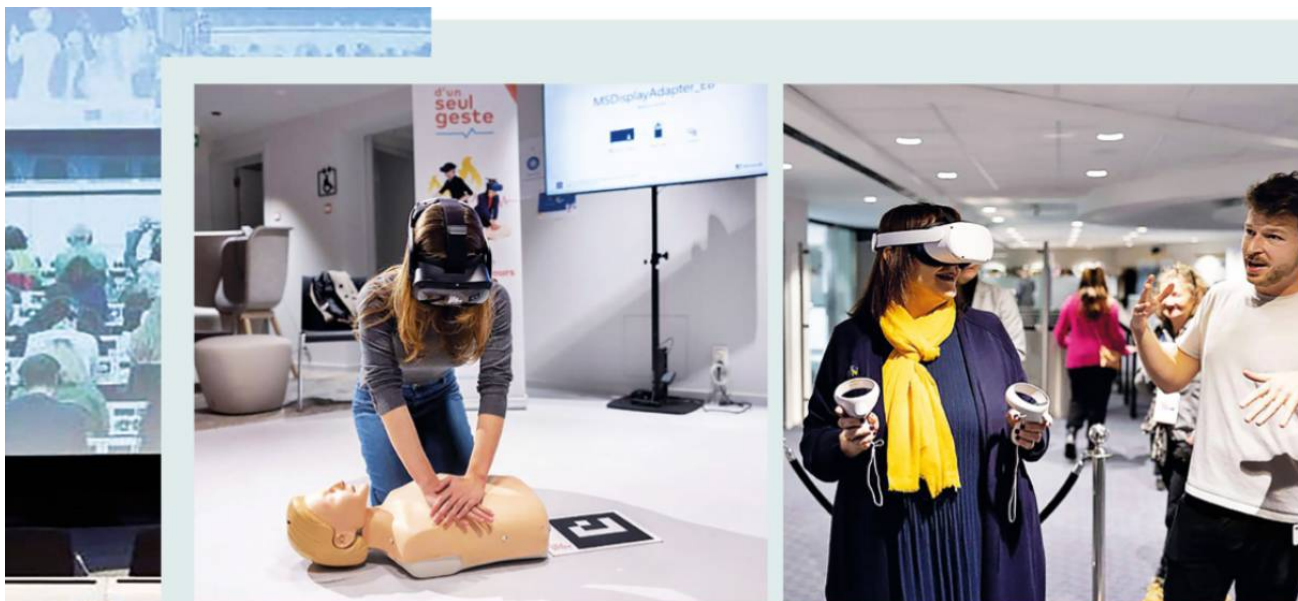


EUROPA QUER TER MÃO NA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Está agendada para junho a votação ao nível da União Europeia do pacote legislativo que regula os sistemas de IA, conhecido como AI Act. Depois da proteção de dados, o Velho Continente volta a marcar a agenda na área da tecnologia, estabelecendo os padrões do que é e do que não é aceitável em áreas de fronteira tecnológica. Uma oportunidade para a inovação, defendem legisladores e empresários do setor

Texto: Sara Sá Fotos: D.R.

Duas coisas são certas em Bruxelas: chuva e leis. Ambas nos aborrecem, ambas são necessárias. Quanto à popularidade do boletim meteorológico, a Presidente da Comissão Europeia nada pode fazer. Já quanto à legislação, uma das marcas do seu mandato tem sido a tentativa de aproximar os cidadãos europeus das alcatifas do poder. Ursula Von Der Leyen teve a ideia de criar um fórum de cidadãos constituído por 150 pessoas selecionadas aleatoriamente nos 27 países da União e convidadas a expressar as suas opiniões e preocupações em áreas chave, antes de os diplomas em causa serem debatidos e aprovados. Os primeiros três temas em discussão neste formato são desperdício alimentar, mobilidade na aprendizagem e mundos virtuais. Tópicos muito diversificados que têm em comum o facto de serem considerados essenciais para o futuro da vida na Europa. Sendo a vontade Ursula que esta modalidade de escuta dos cidadãos – o European Citizen’s Panel –, se torne em algo “regular” na democracia europeia, defendeu a Presidente.



Durante as sessões de discussão também houve oportunidade para experimentar a tecnologia



O painel de cidadãos de discussão dos Mundos Virtuais juntou 150 pessoas, de 27 países da UE. Dois deles portugueses

Alexandre Amaro, 24 anos, vive na zona de Sintra e foi um dos dois portugueses a participar no painel sobre metaverso e mundos virtuais. Quando recebeu o telefonema a convocá-lo para integrar o painel, a sua primeira reação foi de desconfiança. Precisou de fazer umas pesquisas e de verificar a veracidade da iniciativa para então aceitar o convite e discutir um tema que até nem lhe era desconhecido. No final das três reuniões – duas presenciais em Bruxelas e uma em modo remoto – mostra-se feliz por ter sido selecionado. “Foi uma experiência desafiante que me permitiu atingir várias aprendizagens de uma só vez”, conta o estudante de Filosofia. Primeira vez fora do país, primeira vez a bordo de um avião...

Agrupados em equipas de trabalho, com cerca de doze elementos cada, os membros do painel puderam experimentar a tecnologia, conversar com peritos e discutir tópicos propostos pela



“A INICIATIVA EUROPEAN CITIZEN'S PANEL DEVE TORNAR-SE REGULAR”

URSULA VON DER LEYEN
PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA

Comissão. Dos trabalhos resultaram 23 recomendações, apresentadas e votadas em Bruxelas, no último domingo de abril, por todos os elementos do Painel. Do grupo de trabalho de Alexandre resultaram duas recomendações. Uma que sugere a colocação de rótulos ou certificados da UE em aplicações do mundo virtual e uma segunda que insta a União Europeia a ser pioneira no controlo, supervisão e regulamentação dos mundos virtuais. “Isto está muito em linha com o que eu já pensava relativamente ao assunto. Foi bom ver as ideias que eu tinha transformarem-se em algo mais definido, passar de teoria à prática”, diz. Da Comissão, o compromisso expresso de fazer chegar à mesa dos legisladores todas as deliberações que versam ainda temas como o mercado de trabalho,

apoio financeiro para a criação destes mundos virtuais e certificação das empresas que trabalham na área.

TRINTA MILHÕES EM MULTAS

Depois da experiência com o regulamento da proteção de dados (o famoso RGPD), a Europa volta a querer dar o exemplo e está prestes a aprovar a primeira legislação para a Inteligência Artificial no Mundo Ocidental – a China já tem legislação que regula a forma como as empresas desenvolvem sistemas de IA generativa, como o ChatGPT, o Reino Unido segue uma abordagem de “esperar para ver” e nos EUA existe apenas um conjunto de recomendações para um modelo de avaliação de riscos, estabelecido pelo Instituto Nacional de Normas e Tecnologia dos EUA. No início de maio, um comité do Parlamento Europeu votou favoravelmente o diploma que pretende regular a utilização de sistemas de IA, conhecido como AI Act, com a votação final prevista para a segunda semana de junho.

A primeira versão da Proposta de Regulamento Inteligência Artificial começou a ser delineada em 2021. Mas se há dois anos só as empresas do setor e os especialistas estariam interessados no tema, hoje o assunto – e a preocupação – está nas bocas do mundo. O Chat GPT aconteceu! “Na versão original não havia qualquer referência aos Foundation Models [modelos de IA treinados com uma grande quantidade de dados]. Nesta agora há 35, estão por todo o lado”, compara o vice-presidente para a Inovação da Unbabel, Paulo Dimas. Mantém-se, no entanto, a essência do diploma, resumido pela advogada Magda Cocco, sócia da VdA

I&D / TENDÊNCIAS

**A legislação europeia
deverá refletir as opiniões
expressas pelos cidadãos**

e responsável pela Área de Comunicações, Dados e Tecnologia e Pela Área de Digital Frontiers: “promover a confiança nos sistemas de IA; proteger os direitos e valores fundamentais; fomentar a inovação e a competitividade no mercado da UE, através de uma metodologia baseada no risco.”

Para isto foram definidos quatro níveis de risco - inaceitável, alto, limitado e mínimo. Como exemplo de inaceitável, portanto banido, está o sistema de créditos sociais em vigor na China, em que o governo classifica as pessoas como “bons” ou “maus” cidadãos. E o estabelecimento de multas para quem não cumprir a lei, que podem chegar aos 30 milhões de euros e seis por cento do volume de negócio (por comparação, no caso do RGPD são 20 milhões e quatro por cento).

**RESPONSABILIDADE
AO CLIENTE FINAL**

Elsa Veloso, advogada especialista em privacidade e proteção de dados e CEO da DPO Consulting, acompanha o tema há vários anos e não tem dúvidas de que a regulamentação é “crítica e essencial” porque “os riscos são imensos”, insiste. “Cada ano que passa [a IA] duplica a sua capacidade. Ora, se por um lado traz imensos benefícios, na saúde, nos processos produtivos, também os riscos da utilização negativa são imensos.” A começar pela desinformação e criação de conteúdos falsos. “Vamos chegar a um ponto em que só pessoas altamente treinadas conseguirão distinguir o real do artificial.”

Regular sim, impedir a inovação não. Este tem sido o espírito da lei europeia, como sublinhou ao Euronews o perito em regulação sobre IA, Johann Laux: “Por um lado, é preciso regular certos danos e riscos, por outro, é preciso ter cuidado para não reprimir a inovação.”

Paulo Dimas está satisfeito com o documento de mais de cem páginas que será sujeito a votação em junho, em particular com o ponto relativo à cadeia de valor e à responsabilidade associada às aplicações que ficou a cargo de quem comercializa as ferramentas. Ou seja, quem trabalha os modelos para uma determinada aplicação é quem será pena-



**“COM A LEGISLAÇÃO
PRETENDE-SE PROMOVER A
CONFIANÇA NOS SISTEMAS
DE IA; PROTEGER OS DIREITOS
E VALORES FUNDAMENTAIS;
FOMENTAR A INOVAÇÃO
E A COMPETITIVIDADE NO
MERCADO DA UE.”**

MAGDA COCCO

VDA - VIEIRA DE ALMEIDA, SOCIEDADE DE ADVOGADOS

lizado caso o resultado final não respeite os princípios éticos definidos. “É positivo porque desta forma a classificação depende da utilização e à partida não existem barreira à inovação”, sublinha o responsável da empresa que fornece serviços de tradução multilingue que lidera um consórcio de mais de vinte entidades, apoiado pelo PRR, para a IA responsável. Por exemplo, no âmbito

deste consórcio estão a ser traduzidos e classificados ficheiros clínicos, conteúdos altamente sensíveis, portanto. Cabe à Unbabel e aos seus parceiros assegurar que a solução final, depois de aplicados os modelos de IA, está conforme a lei.

Outro ponto relevante é ainda a questão do consumo energético que deve estar explícito nas ferramentas desenvolvidas, aliás, um dos aspetos trabalhos pelo Consórcio português que envolve start-ups e institutos de investigação, como a Fundação Champalimaud.

Não foi preciso Bruxelas mandar para que na consultora Unipartner se tivessem em conta os princípios da utilização responsável, da utilização para o bem comum, sem discriminação e garantindo a igualdade. Mesmo assim, admite o CEO da empresa, Fernando Reino da Costa, nem sempre é possível assegurar o cumprimento de todos estes princípios. “O objetivo pode ser a igualdade, mas os dados disponíveis podem não a promover”, nota, exemplificando. Num sistema de cálculo de risco bancário variáveis como o endereço ou a etnia podem induzir respostas “eticamente contestáveis”. É por isso que em trabalhos na banca os clientes são sensibilizados a evitar colocar informação que possa enviaser os resultados. Num setor que inclui cada vez mais profissionais de diferentes áreas, além da óbvia engenharia, tem havido um esforço grande de discussão e reflexão em torno da utilização benéfica destes sistemas. Até porque, sublinha Fernando Reino da Costa, a legislação permite que não haja abusos, mas “sozinha não é suficiente”. Nisto, cada um de nós tem um papel a desempenhar. ■



O ESSENCIAL DA LEGISLAÇÃO EUROPEIA

O esboço já foi aprovado no início de maio por uma comissão de peritos, por larga maioria, e o documento final será votado em junho, no Parlamento Europeu. O essencial do documento que irá reger toda a atividade relacionada com a IA:

ESTABELECIMENTO DE QUATRO NÍVEIS DE RISCO NAS APLICAÇÕES COM BASE EM IA

RESPONSABILIZAÇÃO DOS AGENTES PROMOTORES DAS FERRAMENTAS

COIMAS QUE PODEM IR ATÉ AOS 30 MILHÕES DE EUROS E SEIS POR CENTO DA FATURAÇÃO PARA QUEM NÃO CUMPRIR A LEGISLAÇÃO

GRANDE CUIDADO COM A QUALIDADE DOS DADOS, QUE DEVEM SER VERDADEIROS E OBTIDOS DE FORMA LÍCITA E TRANSPARENTE

SUPERVISÃO HUMANA DE FORMA A QUE SEJA ASSEGURADO O CUMPRIMENTO DO NOSSO SISTEMA DE VALORES

PAULO DIMAS

VICE-PRESIDENTE PARA A INOVAÇÃO, NA UNBABEL E LÍDER DO CONSÓRCIO CENTRE FOR RESPONSIBLE AI



Justifica-se toda esta preocupação relativamente às ferramentas de Inteligência Artificial?

Nunca aconteceu termos uma tecnologia tão transversal, tão transformadora e que passa por um processo tão rápido. Daqui a dois ou três anos vamos poder olhar para isso e perceber que já estabilizou, mas agora estamos num ponto em que as coisas podem evoluir num sentido ou noutro. De facto, a competitividade destas empresas é altíssima! A Google está a ver o seu modelo de negócio afetado. Há uns tempos a empresa ia à frente e foi por isso que o Musk [Elon Musk, fundador da OpenAI, atualmente da Microsoft] se afastou, pensou que não teria hipóteses. Só que as posições inverteram-se. Agora é a Google que está a tentar apanhar o comboio e é a OpenAI a liderar.

Que papel espera que a Unbabel, como líder do consórcio para a IA responsável, venha a ter nesta discussão?

No Centre for responsible AI, o consórcio que formámos com dez start-ups, cinco líderes de indústria, centros de investigação e ainda uma sociedade de advogados, a VdA que estará a trabalhar na componente legislativa, temos como objetivo estabelecer a liderança nestas áreas e contribuir para o movimento de regulação à escala europeia. A outra vertente é fazer com que estes cerca de vinte produtos que serão desenvolvidos – que vão desde o aumento da eficiência dos hospitais nas altas médicas ao acelerar dos ensaios clínicos e reduzindo os seus riscos, ao apoio ao cliente, fazendo com que as interações possam ser multilíngues – sejam todos eles orientados segundo os princípios da IA responsável. Existem aqui tecnologias que são muito importantes e que dependem da confiança que se tem nestes modelos.

Que aspetos há a melhorar?

O ChatGPT por vezes gera texto que faz todo o sentido, lemos e acreditamos no que ali está, mas é completamente falso. É aquilo a que chamamos alucinações. A IA responsável assume o papel de detetar estas alucinações, através da explicabilidade. Ou seja, o sistema

tem de explicar quando apresenta uma informação que não está certa, que foi inventada. Outra questão essencial é a garantia de que todas as pessoas são tratadas de forma igual, a dita fairness.

Porque são tão poderosos estes sistemas?

O Chat GPT foi o sucesso que foi porque a open AI fez um avanço muito significativo e que se julgava ser muito difícil. Trata-se da tecnologia designada como Reinforcement Learning Using Human Feedback (ou Aprendizagem por Reforço Usando Feedback Humano) que passa por colocar pessoas a fazer a classificação das respostas. Isso foi feito primeiro a uma escala muito pequena, agora com muito mais pessoas. Com os humanos a darem instruções ao modelo, foi desaparecendo o conteúdo com preconceitos subjacentes. Cada vez é mais difícil encontrar modelos com vieses. Os modelos destas grandes empresas têm uma espécie de cercas que protegem contra os comportamentos indesejados. Mas quando tornamos isto num sistema em open source qualquer pessoa pode criar um modelo e não tem a obrigatoriedade de impedir a ferramenta de explicar como se faz uma bomba caseira.

Mas todos nós, humanos, temos vieses ...

Exato! É um problema muito difícil de resolver. Uma forma de o fazer é partindo, por exemplo, da Carta das Nações Unidas. E é também por isso que se defende que tal como há um acordo mundial para as armas nucleares, também deve haver um acordo relativamente à IA, que pode ter implicações na guerra e na democracia, que pode ser posta em risco, com conteúdos falsos, altamente personalizados. É uma Cambridge Analytica 2.0. E isto é um risco para as democracias de todos os países. Não podemos deixar que isto aconteça.